

¿QUAL CONHECIMENTO IMPORTA?

Gonçalves Mori, K.

Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, São Paulo, Brasil - CEP: 05014-901
Telefone: 55 11 3938-1978 — gkatia@terra.com.br

RESUMO

Vivemos uma condição complexa. Ao mesmo tempo em que somos levados por uma onda de otimismo em relação à globalização e aos avanços científicos e tecnológicos, somos também co-responsáveis pela reprodução da barbárie.

Este será o preço pelo nosso 'desenvolvimento'? Qual conhecimento importa? A educação, enquanto processo de humanização, deve ser pensada para criar espaços efetivos de aprendizagem que possibilite a conscientização de que uma outra ordem merece ser construída. Nessa perspectiva, compreende-se que a proposta de aprendizagem e serviço solidário é uma prática referendada na medida em que estimula o desenvolvimento cognitivo, social, ético e político durante o processo formativo.

PALAVRAS-CHAVE: educação para a cidadania, aprendizagem e serviço solidário, formação ética e política, currículo.

1. A SOCIEDADE QUE (NÃO) SOMOS

Construímos o mundo em que vivemos tecendo redes... Não há produção de conhecimento, sociedade, humanidade, sem as relações humanas que se estabelecem.

Desde as antigas civilizações até os dias atuais nos fazemos humanos, mediados pela cultura na qual estamos inseridos, a partir do uso de equipamentos, de signos e das relações sociais que estabelecemos. Numa época onde o melhor aparato tecnológico e a maior possibilidade de conexões estão a serviço da humanidade, somos marcados pela competitividade, pelo individualismo, pelo consumo e pelas aparências. Se por um lado a humanidade produziu um arsenal de conhecimento, ciência e tecnologia que permite o seu desenvolvimento, por outro nunca tivemos tanta barbárie. Os altos índices de desigualdade social, a fome, as epidemias, as guerras, a exploração ambiental, a criminalidade, a exclusão social, continuam presentes, muitas vezes se beneficiando das mesmas tecnologias.

Sem um projeto de identidade coletiva, sem um estado permanente de atenção à vida, sem reconhecer o outro como parte da própria condição de existência, o mundo tende ao caos, numa disputa acirrada pelo poder. Essa disputa pode se tornar ainda mais perversa se o homem não aprender a se cuidar mutuamente. Sem este princípio continuamos produzindo fome, pobreza, destruição ambiental, guerra, exclusão...

A sociedade precisa de pessoas que saibam conviver com o outro, que produzam vida digna para todos. Nesse sentido, espera-se que não lhes seja negada a oportunidade de desenvolver-se plenamente. Em outras palavras, enquanto a ciência e a tecnologia forem destinadas a produzir um tipo de conhecimento, favorecendo àqueles que detêm os meios de produção, a sociedade continuará a favorecer o status quo e o controle.

2. CONHECIMENTO: SOLIDARIEDADE E CIDADANIA

Boaventura de Souza Santos (2009) parte do princípio de que existem duas formas de conhecimento. A primeira é o conhecimento-regulação, aquele que, como dizíamos, reproduzindo a operacionalidade técnica e científica, despreza a contextualização e o diálogo intercultural e produz o silêncio dos povos e grupos sociais na medida em que transforma suas culturas em objetos de superação, manipuláveis ou descartáveis.

A segunda, chamada de conhecimento-emancipação, considera elevar o outro da categoria de objeto para a condição de sujeito. Esse processo de conhecer pelo reconhecimento é o que o autor chama de solidariedade. É o que permite o empoderamento e a transformação da ordem social com a qual não se concorda.

Se buscarmos a referência de Bernardo Toro, sociólogo colombiano, sobre como é possível provocar de fato a transformação social quando há organização teremos um escopo ampliado para considerar a solidariedade. As comunidades mais justas e fortalecidas, que conseguiram reduzir ou zerar os indicadores de pobreza, por exemplo, tem em comum esse perfil, de serem estruturalmente organizadas e coesas.

Quando a pessoa não está organizada «não pertence a alguma instituição ou organização», não se sente obrigada a respeitar as regras dos outros nem da sociedade (não tem auto-regulação) e, ao mesmo tempo, seu isolamento facilita que os outros violem seus direitos (não há proteção social). (Toro, p. 22, grifo nosso, 2005).

Nesse sentido, quanto mais possibilidade de articulação social, mais poder de auto-regulação, mais coesão e o maior grau de pertencimento e de corresponsabilidade refletem numa melhor qualidade de vida para todos e cada um. Significa dizer que a coesão social tem a ver com a tomada de consciência, com a participação e sensibilidade solidária, do mesmo modo que a desarticulação favorece a desordem, abrindo espaço para o controle autoritário ou o fortalecimento da classe dominante, que sempre é altamente organizada.

O indivíduo precisa aprender que faz parte de um projeto de sociedade, e quanto mais conhecimento e apropriação consciente de seu espaço, maior será a sua liberdade. No entanto, essa consciência não se dá sozinha, é fruto de um processo educativo, civilizatório. Ela precisa ser criteriosamente elaborada para a formação de cidadãos autônomos, conscientes e participativos.

Cidadão é aqui compreendido como a pessoa que entende que a ordem social não é natural, é uma construção humana, e, como tal, se não estiver garantindo a vida digna para todos, ela deve ser transformada ou uma nova ordem precisa ser criada e exercida. Cidadania é, por excelência, uma atitude ética, na medida em que significa proteger e responsabilizar-se com os outros pela dignidade de todos (ibidem, 2005).

O fortalecimento social e a construção de uma sociedade mais justa começam pela tomada de consciência de que juntos e organizados os cidadãos são mais fortes para lutar e garantir os seus direitos. A educação, nesse processo, precisa ter como princípio a formação política, mas também e, sobretudo, ética.

3. CURRÍCULO PARA UMA EDUCAÇÃO SOLIDÁRIA

Novos tipos de produção sempre vão existir, impulsionados pelo desejo e poder da humanidade, exigindo que as novas gerações aprendam a lidar com eles, ao seu tempo, a cada nova situação. O que deverá perdurar, no entanto, é a ética, o respeito à vida e em longo prazo.

Esse é o caso da “ética do futuro” (...): o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente. (...) Como a representação não acontece automati-

camente, ela deve ser produzida intencionalmente: portanto, obter uma projeção desse futuro torna-se um primeiro dever, por assim dizer, introdutório daquela ética que buscamos (Jonas, p. 72, 2006).

A ética é, sobretudo, um ato consciente e de consciência histórica. O homem pertencente a um determinado tempo e lugar, dele sofre influência, influencia. Não age por instinto, nem sozinho, mas sim por sua condição racional, social, cultural e histórica. Esta é a condição que lhe torna humano. Portanto ser ético é estar em constante estado de atenção à vida, é transcender a dimensão do indivíduo para o sujeito que pertence a uma sociedade e dela participa promovendo a vida. Para o autor, o homem fora da sua existência política-social não existe, ou, pelo menos, não é considerado relevante (Sidekum, p. 35, 2002).

Nesse sentido, qual conhecimento importa? Entendemos que o projeto pedagógico deve ser guiado por essa reflexão e a partir dela seguir os princípios da formação (autonomia) pela racionalidade (conhecimento), solidariedade (ética) e participação (política), estabelecendo redes locais (comunicação e articulação), sem se desligar de questões norteadoras planetárias da humanidade, como a sustentabilidade e a consciência ecológica.

É nesse sentido que cabe à escola ser promotora da formação para o exercício da cidadania, favorecendo a construção do conhecimento-emancipação. A elaboração do projeto pedagógico deve ser feita de maneira participativa, plural e inclusiva, desde a formação do currículo: seleção do conteúdo que será abordado, da atividade que será desenvolvida, da conduta pedagógica, da metodologia, da avaliação, da gestão.

O currículo precisa estar apoiado em práticas pedagógicas que visam estimular os alunos a participarem, utilizando todos os recursos possíveis para criar situações de aprendizagem, em um ambiente colaborativo.

A instituição que educa deve deixar de ser “um lugar” exclusivo em que se aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda a sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações (Imbernón, p. 8, 2002).

As escolhas feitas nessa construção fazem do currículo um espaço não-neutro, como sugere Michael Apple (1989, 2000), Henry Giroux (1987), entre outros especialistas. O currículo, pensado em favor de uma sociedade mais justa e coesa, precisa partir de narrativas interculturais. Essa educação é construída a partir da postura de valorização do diálogo, da diversidade, do respeito mútuo, da garantia do espaço de participação de toda a comunidade, do saber explorar os espaços educativos de seu bairro, da sua cidade e do criar situações criativas e colaborativas de aprendizagem.

4. APRENDIZAGEM E SERVIÇO SOLIDÁRIO: EXPERIÊNCIA FORMATIVA ÚNICA, PLURAL E DIVERSA

Pensar o currículo pressupõe possibilitar a articulação de diferentes atores na tarefa de se fazer uma educação construída na gestão democrática, potencializando a participação de todos. As práticas pedagógicas, portanto, devem estimular os alunos a participarem da vida social, resolvendo problemas sociais reais identificados por eles, trabalhando em rede, lidando com situações imprevistas, com frustrações e acertos, lançando mão dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, numa construção viva do conhecimento-emancipação. Saber analisar criteriosamente a realidade é fundamental para poder transformá-la. Acima de tudo, compreender que a “nossa realidade não é outra senão nossa ideia de realidade”, como afirma o filósofo Edgar Morin (p. 85, 2001). Sendo assim, o conhecimento será mais plural e enriquecido quanto mais diversas forem as interlocuções que o sujeito tiver, com diferentes pessoas, autores, tempos e culturas.

É nesse sentido que os projetos de aprendizagem e serviço solidário, quando articulados ao projeto pedagógico da escola, contribuem para melhorar a educação que a escola oferece (Tapia, 2006). Por serem experiências que propiciam aos estudantes empregar os saberes escolares para resolver problemas sociais reais, os alunos passam a ter uma experiência formativa única, plural e diversa.

Não se trata de uma atividade narcisista, centrada em provocar uma sensação de alívio e conforto pelo 'dever cumprido' de quem comete a ação, tampouco de uma atividade assistencialista ou de benevolência. Mas sim de uma tomada de consciência, de pensar a partir da realidade de um sistema-mundo que não se quer reproduzir, de educar para o comprometimento com a transformação social.

É preciso desenvolver nos recursos sociais, tais como a educação e a instrução, uma experiência fenomenológica da realidade do ser sujeito, tanto em sua autonomia quanto na relação com o outro como experiência de heteronomia. É preciso aprender a ver o outro excluído e negado na história não como um objeto que sofre dialeticamente a exclusão violenta e sua negação mortífera, mas como um sujeito que tem seu espaço histórico negado e seu projeto existencial não mais como um projeto de comunidade de comunicação da vida, mas da morte (Sidekum, p. 46, 2002).

A exigência e urgência na formação pedem a elaboração de um currículo dinâmico, contextualizado, que deve ser elaborado a partir das parcerias e oportunidades criadas cotidianamente, num processo de ação-reflexão, onde o aluno é o principal ator tanto da ação quanto da construção do próprio conhecimento e onde há comunidades de aprendizagem trabalhando pelo mesmo objetivo.

5. CONCLUSÃO

Conhecer as possibilidades, o impacto e os recursos disponíveis, definir o objetivo, preparar a ação, desenvolver a intervenção utilizando os saberes escolares, aprender a respeitar e ouvir os outros, a negociar, a lidar com as divergências, com os contrassensos e eventuais frustrações, a ponderar os resultados parciais, a reconduzir o caminho... todo esse processo é educativo e pode provocar tanto o saber-pensar a partir do contexto local para resolver questões que são globais, quanto o aprender a buscar soluções para os problemas globais por meio da intervenção local.

Em meio ao princípio da aprendizagem e serviço solidário, os alunos, protagonistas da ação, são convidados a estudar mais, a coletar e organizar as informações, a trabalhar com diferentes tecnologias, a utilizar gráficos e dados estatísticos, a elaborar textos utilizando diferentes gêneros discursivos, a aprender a trabalhar em rede, a argumentar, a criticar, a analisar, a negociar e a agir politicamente.

No Brasil, diferentemente da Argentina e outros países, não há obrigatoriedade em relação à prática de atividades de aprendizagem e serviço solidário ou voluntariado educativo, ficando a critério de cada secretaria de educação ou cada escola o seu desenvolvimento. No entanto, o governo apóia iniciativas que estimulam a prática nas escolas, como é o caso do Selo Escola Solidária, conferido pelo Instituto Faça Parte, que já certificou mais de vinte mil escolas em todo o país (www.seloescolasolidaria.org.br). Essas escolas têm demonstrado maneiras criativas para buscar promover a produção do conhecimento-emancipação, visando fortalecer os laços de solidariedade e de participação social. Tecendo redes, elaboram um currículo contextualizado, no qual o aluno aprende a ser sujeito da própria história e de que ela não será possível sem as relações humanas que se estabelecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apple, Michael W. (1989). Educação e poder. Porto Alegre, Brasil.
- _____(2000). Política cultural e educação; tradução de Maria José do Amaral Ferreira. — São Paulo, Brasil.
- Giroux, Henry. (1987). Escola crítica e política cultural. São Paulo, Brasil.
- Imbernon, Francisco (2002). Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Brasil.
- Jonas, Hans (2006). O Princípio Responsabilidade. Rio de Janeiro, Brasil.
- Morin, Edgar (2001). Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina de Edgard de Assis Carvalho - 4ª ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 7ª ed. São Paulo, Brasil.
- Santos, Milton (2000). Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Brasil.
- Sidekum, Antônio (2002). Ética e alteridade. A subjetividade ferida. Rio Grande do Sul, Brasil.
- Tapia, María Nieves (2006). Aprendizaje y servicio solidario: em el sistema educativo y las organizaciones juveniles/ edición literaria a cargo de: Damián Luis García. 1ª ed. Buenos Aires, Argentina.
- Toro, Bernardo (2005). A construção do público: cidadania, democracia e participação. São Paulo, Brasil.

ABSTRACT

We're living in a complex condition. While we're led by a wave of optimism in relation to globalization and scientific and technological advances, we are also co-responsible for the reproduction of barbarism. Will this be the price for our 'development'? What knowledge really matters? Education, while a process of humanization, should be designed to create effective learning spaces that enable the realization that another order deserves to be built. From this perspective, it is understood that the proposed of service-learning can be a reference to the pedagogical practice to stimulate the cognitive, social, ethical and political capabilities.

KEYWORDS: citizenship education, service learning and solidarity, ethics and political training, curriculum.